

# O drama carioca



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista

O presidente Ernesto Geisel, nos anos 1970, estabeleceu objetivos estratégicos para o Brasil alcançar melhores índices econômicos. Era fundamental, na visão de seu principal assessor, o general Golbery do Couto e Silva, dividir Mato Grosso do Sul em dois estados; o que foi feito e, aparentemente, agradou a um e a outro lado. E levar o desenvolvimento brasileiro até aos vales úmidos do Maranhão, o que foi alcançado pelo pessoal da soja. O pequeno estado da Guanabara, que resultou da mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília em abril de 1960, deveria se fundir com o estado do Rio de Janeiro para constituir um estado maior e capaz de gerar mais negócios e mais riqueza. Havia, na época, 50 anos atrás, o temor dos cariocas de que os políticos fluminenses, conhecidos por sua facilidade em tratar de assuntos complicados, terminassem por influenciar seus novos colegas. Aconteceu.

Os dois primeiros itens da estratégia dos militares para alavancar o crescimento econômico do país foram plenamente compensados. Os dois Mato Grosso constituem hoje cenário de enorme pujança agrícola. O agronegócio é grande vencedor na economia brasileira e o carro-chefe nos números nacionais da balança comercial. O Maranhão, que era um estado esquecido no meio-norte brasileiro, assistiu a

uma invasão dos produtores de soja e milho, de Sul para Norte, e se transformou em importante parceiro nacional no agronegócio. A Embra- pa tem boa responsabilidade por esse impressionante sucesso.

A divisão de Goiás aconteceu depois da Constituição, em 1988, por obra e graça do esforço do deputado Siqueira Campos. Ele fez até greve de fome para conseguir que o presidente José Sarney assinasse os atos desafiando um estado de outro e criando o Tocantins. O estado que foi construído pela força da iniciativa privada hoje é autônomo e também figura entre os maiores do agronegócio brasileiro. Além da soja e do milho, a criação de gado é muito forte naquelas plagas. O governo do PT tentou dividir o estado do Pará, em três estados distintos. Houve forte reação nativista e o projeto foi abandonado.

A história de fusões e divisões é uma tormenta na história da antiga Guanabara, cujo hino era a marcha Cidade Maravilhosa. Quando veio a fusão, o pequeno estado tinha superavit nas suas contas, realizara a grande obra do Aterro do Flamengo, no governo Carlos Lacerda, e de buscar água potável no Rio Guandu, na baixada fluminense. Época em que foram abertos os túneis Santa Bárbara e Rebouças e que foi planejado o Metrô. Nesse período, também, foram planejadas grandes obras viárias; entre elas, o projeto da Barra da Tijuca, com o plano Lucio Costa. Bons tempos cariocas. Esse é o único lado bom dessa história.

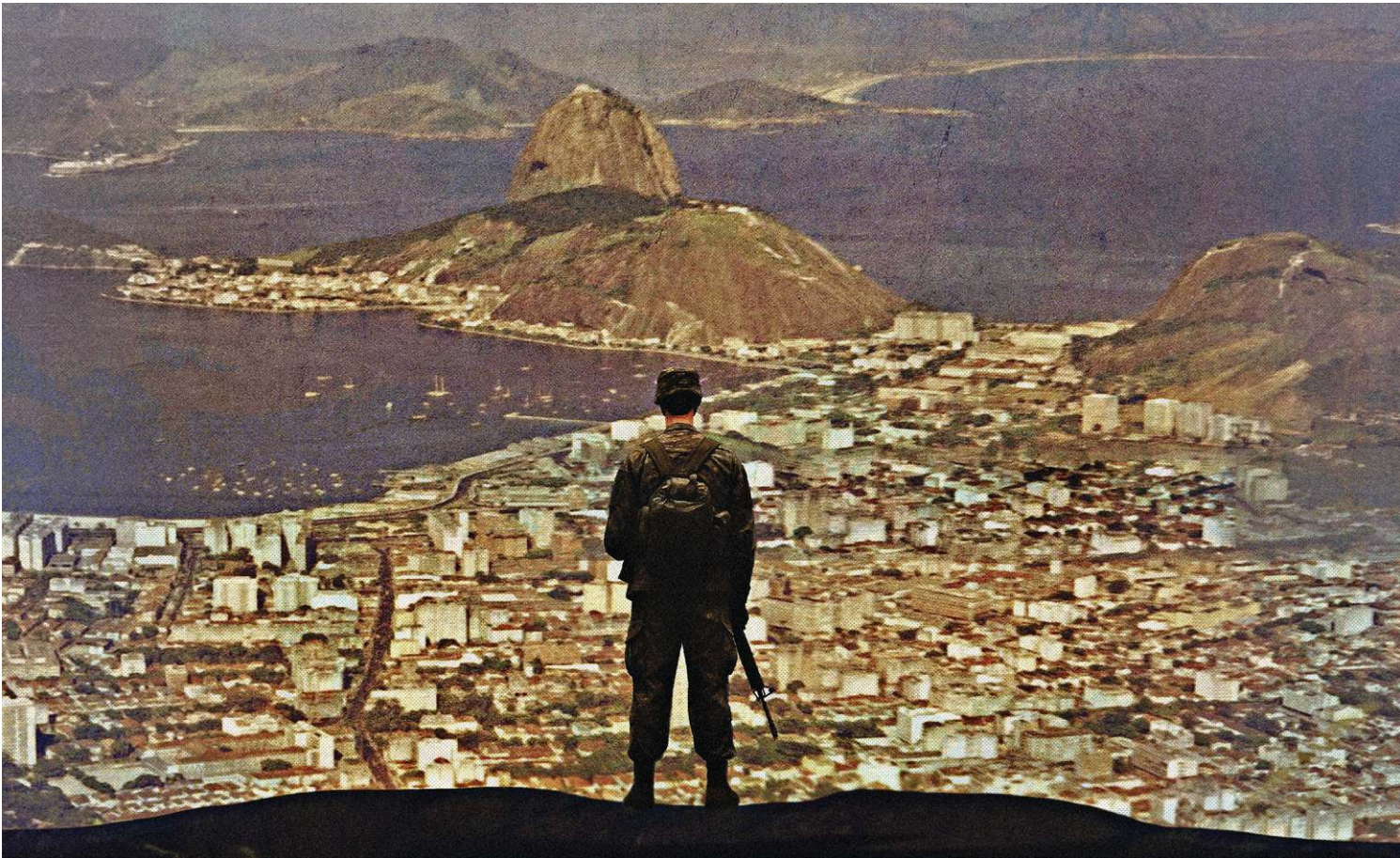
Os militares que deixaram funções nos quartéis da repressão utilizaram suas técnicas de guerra para auxiliar na criação das milícias. Essas, por sua vez, conseguiram trabalhar junto ao tráfico internacional de drogas, que se conectou a prisioneiros organizados e estrangeiros comandantes do negócio da cocaína na

América do Sul. Dessa salada, resultou algo muito peculiar. O Rio de Janeiro, bonito, lindo, foi se apequenando. Perdeu parte de seu carnaval para a Bahia, perdeu a Bolsa de Valores e a Fórmula 1 para São Paulo. Restaram apenas no Rio a praia, o futebol, o Maracanã e a contravenção em larga escala. O estado da Guanabara era visto como rico, avançado e cosmopolita, enquanto o estado do Rio era considerado pobre, rural, atrasado. O atrasado prevaleceu sobre o moderno.

A prisão do presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Rodrigo Bacellar, completa o cenário. É a fotografia da avacalhão. Ele é acusado de vazar informações confidenciais sobre processo de prisão do deputado estadual Thiago Raimundo dos Santos Silva, o TH Joias, acusado de várias ilicitudes, entre elas de manter contato próximo com o Comando Vermelho. Bacellar não é o primeiro membro da famosa Alerj a ser preso. Não será o último. A confusão entre o particular e o público, ali, é conhecida. O melhor exemplo vem dos governadores do estado: os últimos cinco foram presos por corrupção.

De vez em quando, a polícia se enche de brios e faz operação pesada nas linhas vermelha e amarela, além de promover tiroteio nas comunidades vizinhas. Na última, mataram 121 pessoas, feriram um número não revelado de pessoas, mas foram aplaudidas pela população que concordou com a matança. O governador Cláudio Castro enxergou no resultado da pesquisa melhores chances para sua candidatura ao Senado da República. Os cariocas começam a refazer suas expectativas. Ninguém quer acabar com o histórico bom humor dos moradores da cidade. Mas é melhor viver sem a ameaça constante de assalto e tiro e morte.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



## Carnaval de Porto Alegre, 70 anos de desfiles oficiais



» CLOVIS ANDRÉ  
Ativista, produtor e gestor cultural

A cultura popular do carnaval, a ser celebrada em fevereiro de 2026, retratará uma data memorável, comemorando as sete décadas de espetáculos das escolas de samba, reafirmando que estamos vivendo o momento mais marcante da história do nosso carnaval. E tudo isso começou com a retomada da relação institucional entre o poder público e as entidades carnavalescas que, com a reconciliação, uniram-se para uma parceria necessária com a finalidade de traçar um programa longo e sustentável, capaz de garantir o futuro da nossa cultura popular que se traduz a cada dia no diálogo perene e permanente.

A efetivação dos entregáveis criou-se um ambiente de volta da credibilidade do “povo do samba”. Baseada em um qualificado modelo de gestão, feito por gente trabalhadora, competente, criativa e plural que resiste e vai à luta por meio do fomento, difusão e promoção, assegurando que a escola de samba fique cada vez mais viva. Em um feito inédito e histórico, a Prefeitura de Porto Alegre, sob a gestão da secretária Lílania Cardoso, repassou os recursos em julho deste ano, o que dá conta do fomento integral às escolas de samba dos grupos Ouro, Prata e Bronze, e também para a tribo carnavalesca.

O referido aporte ganha destaque e importância porque foi feito 120 dias após a última entrega, e sete meses antes do próximo desfile. É a primeira vez na história que o fomento cultural dessa natureza foi realizado com tanta antecedência, levando-se em conta a memória local de todos os municípios do país. Essa ação permitiu às escolas de samba mais tempo para o planejamento e o desenvolvimento dos seus temas-enredo, assim como os seus desdobramentos. E é nesse sentido que a medida virou modelo e precisa ser seguida por todas as gestões governamentais, nos três níveis da federação: municipal, estadual e união. É dessa forma que se efetiva o compromisso com a cultura popular do carnaval.

O aporte financeiro antecipado deve ser visto como fator decisivo para que se possa desenvolver a produção dos desfiles oficiais, priorizando e garantindo um ambiente confortável e seguro para as escolas de samba. A iniciativa de repassar os recursos com tamanho prazo, gerando repercussão nacional, consolida e destaca o compromisso da Prefeitura de Porto Alegre, na gestão do prefeito Sebastião Melo, em impulsionar o carnaval da cidade. Tornam-se necessárias à preservação, manutenção e revitalização física das sedes, quadras, barracões e demais estruturas das escolas de samba e tribos, sendo reconhecidas como equipamentos culturais comunitários oficiais do município, integrantes do patrimônio cultural, artístico, material e imaterial da cidade por representarem expressões vivas da memória e da tradição popular afro-porto-alegrense considerando seus acervos, arquivos, fantasias, instrumentos

e espaços de produção artística como bens culturais protegidos.

A qualificação como bem cultural não interfere na autonomia jurídica e administrativa, mas garante sua proteção legal como relevância coletiva e histórica da cidade. É primordial garantir mecanismos de financiamento, diretos e indiretos, para a realização, promoção, desenvolvimento e valorização do carnaval, o que se materializa com repasse de recursos orçamentários, mediante editais públicos de fomento cultural específicos assim como a celebração de convênios e termos de colaboração com entidades carnavalescas regularmente constituídas.

O fortalecimento da economia criativa se faz com foco nos empreendedores, artesãos, costureiras, aderecistas, músicos, intérpretes e coreógrafos, produtores culturais, cenógrafos, técnicos de som, luz e imagem, fornecedores de materiais, instrumentos e serviços diversos, oficinas de confecção de fantasias, alegorias e profissionais de mídia, audiovisual e comunicação.

Dessa forma, estamos consolidando um marco legal moderno, abrangente e alinhado à importância cultural, social e econômica que o nosso carnaval requer como potente cadeia produtiva da economia criativa e instrumento de desenvolvimento social. Isso tudo protege o ciclo carnavalesco de discontinuidades e garante previsibilidade aos agentes culturais, colocando-o como um setor estratégico que propicia trabalho e renda durante todo o ano, desde costureiras e aderecistas, a músicos e produtores, fortalecendo a economia criativa local.

### Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Autismo e as políticas públicas

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de uma em cada 100 crianças no mundo está no espectro do autismo, estimativa publicada em 2023 e tratada como base internacional para o planejamento de políticas de saúde. Repetição sistemática de narrativas não testáveis, mesmo diante de evidências robustas, produz um ambiente institucional, no qual famílias permanecem desorientadas, profissionais veem-se presos entre sua formação técnica e as pressões de conselhos corporativos, e políticas públicas tornam-se opacas a ponto de negar à população o direito elementar de saber quais intervenções apresentam resultados verificáveis. Afirma o IBGE que 63% das famílias brasileiras, que buscam tratamento contínuo para transtornos do neurodesenvolvimento, dependem exclusivamente do SUS, segundo dado divulgado na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2022, o que evidencia a gravidade das escolhas políticas que rejeitam critérios científicos na formulação de diretrizes terapêuticas.

A Unesco apresentou em relatórios de 2022 que indicavam crescimento global de episódios de censura ou intimidação de pesquisadores ligados a temas sensíveis, com aumento de 28% em uma década, o que ajuda a compreender que a crise não é isolada, mas parte de um fenômeno internacional de descon-fiança ativa contra o conhecimento especializado. Reatualizam-se práticas autoritárias que deveriam ter sido superadas desde o Iluminismo, quando a crítica ao absolutismo inaugurou a percepção de que a verdade não nasce do poder, mas da verificação contínua.

Disputa contemporânea, em torno das terapias e diagnósticos, revela que o que está em jogo ultrapassa a legitimidade dessa ou daquela escola e alcança a própria integridade do método científico. Dependência de liberdade investigativa, replicabilidade e transparência transforma-se em alvo de ataques quando governos, universidades ou conselhos profissionais permitem que pressões corporativas reescrevam resultados, silenciem estudos e reduzam a confiança da sociedade nas instituições que deveriam protegê-la. Publicado em 2021, na revista *Nature*, estudo revela que 34% dos cientistas entrevistados relataram ter sofrido tentativas de interferência política ou institucional em suas pesquisas, índice que se tornou ainda mais preocupante em áreas que envolvem saúde pública.

Infiltração de interesses organizados em espaços decisórios enfraquece o processo científico e compromete a credibilidade das políticas estatais, especialmente quando essas políticas afetam populações vulneráveis que não têm meios próprios para avaliar disputas técnicas.

Também mensurado por relatórios do Conselho Nacional de Saúde, em 2023, em que mostram que a desinformação em saúde figura entre os 10 principais fatores que atrapalham a adesão a tratamentos baseados em evidências no Brasil, prejudicando inclusive programas de atenção ao neurodesenvolvimento na primeira infância.

Chegou o momento de se acender um alerta definitivo sobre a erosão da capacidade social de distinguir entre fato e interpretação. Se a verdade científica passa a ser definida por grupos de pressão, e não por dados, percorre-se o mesmo trajeto que levou regimes do passado a moldar artificialmente a realidade segundo suas convicções, condenando gerações a erros evitáveis.

No relatório da Ciência e Sociedade da União Europeia, publicado em 2022, a confiança pública na ciência diminui cerca de 15% sempre que autoridades governamentais intervêm politicamente em resultados de pesquisa, queda que se reproduz em diferentes países e se aprofunda quando a interferência recai sobre temas sensíveis como saúde mental e educação especial. A história registra, repetidas vezes, que a substituição do escrutínio científico por agendas ideológicas inviabiliza políticas públicas eficazes e corrói a racionalidade coletiva.

Para a restauração do lugar da ciência em sociedades democráticas será necessária a defesa intransigente da liberdade investigativa e da recusa categórica de qualquer forma de censura. Países que mantêm estruturas de governança baseadas em protocolos transparentes de avaliação de evidências apresentam impactos positivos diretos no desempenho de políticas de saúde, educação e inclusão, com índices até 40% superiores aos de países que ignoram critérios técnicos, é o que diz o estudo do Fórum Global Científico da OCDE, publicado em 2021. Garantia de que políticas públicas de saúde mental sejam guiadas por dados, e não por simpatias partidárias, constitui a única forma de assegurar às famílias que enfrentam desafios reais, como o autismo, condições adequadas para tomar decisões responsáveis e informadas sobre o cuidado de seus filhos. Negligência diante desse compromisso equivale a um retrocesso civilizatório que compromete o presente e o futuro.

Responsabilidade da imprensa, das universidades e dos gestores públicos, nesse cenário, inclui denunciar todo movimento que busque restringir pesquisas, pressionar especialistas ou manipular resultados. Segundo a Federação Mundial de Jornalistas de Ciência, relatórios de 2023 indicaram aumento de 19 por cento nos casos de assédio direcionado a comunicadores que divulgam estudos sensíveis, o que demonstra que o problema não se limita aos laboratórios, mas afeta todo o ecossistema de produção e circulação do conhecimento. A defesa da transparência absoluta e da autonomia científica constitui o único antídoto contra a regressão intelectual que ameaça converter o século 21 em um período marcado pela subordinação do conhecimento aos interesses de grupos organizados.

### » A frase que foi pronunciada

“Nem tudo que importa pode ser contado, e nem tudo que pode ser contado importa.”

Einstein

### » História de Brasília

As deficiências no atendimento do público nem sempre são de origem administrativa. Veja-se que a cidade cresceu demais, há apenas um hospital, quando deveria haver mais de três, e leve-se em conta que gente de todos os municípios mineiros ou goianos busca o HDB como tábua de salvação. (Publicada em 12/5/1962)